



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000
CNPJ: 39.554.597/0001-51
Tel: (24) 2254-1094

"REPETIÇÃO DO CONVITE Nº 002/2020"

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 04931-P de 29/09/2020.

TIPO: Menor Preço.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 26/10/2020.

HORÁRIO DE INÍCIO: 15h (quinze horas).

LOCAL: Setor de Licitações, localizado na Sede do Município, à Av. Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro, Comendador Levy Gasparian/RJ.

1 – PREÂMBULO

1.1 – Convidamos V. Sa. a apresentar, perante a Comissão Permanente de Licitação do Município de Comendador Levy Gasparian, localizada na Av. Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro, Comendador Levy Gasparian/RJ, cotação para o objeto pertinente a repetição da licitação nº **002/2020**, que será realizada no dia **26/10/2020**, às **15h (quinze horas)**, na modalidade **Convite**, do tipo **menor preço**, visando a **execução da obra de adaptação do antigo Centro de Monitoramento à Escola de Padeiros**, sob o regime de empreitada **por preço unitário**, para atender a solicitação da **Secretaria Municipal de Obras**, de acordo com os princípios e normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, das demais normas legais e regulamentares aplicadas, bem como das cláusulas e condições estabelecidas neste ato convocatório.

1.2 – Os documentos de habilitação e a proposta de preço serão colocados em 02 (dois) envelopes fechados e distintos, com a identificação externa do seu conteúdo, e deverão ser entregues no local, na data e na hora acima indicados. Ambos serão abertos na sessão pública, observado o devido procedimento legal.

1.3 – Todas as declarações exigidas por este ato convocatório, a serem firmadas pela licitante, podem ser supridas presencialmente, desde que por quem ostente pertinentes poderes societários.

2 – DO OBJETO

2.1 – **Execução da obra de adaptação do antigo Centro de Monitoramento à Escola de Padeiros**, tudo em conformidade com as disposições deste ato convocatório e de seus anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

ANEXO I	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO II	PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E PROJETOS



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000
CNPJ: 39.554.597/0001-51
Tel: (24) 2254-1094

ANEXO III	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO A SER EXECUTADO
ANEXO IV	MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
ANEXO V	MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME, EPP OU MEI
ANEXO VII	MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

2.2 – O gerenciamento dos resíduos da construção civil e demais resíduos deverá contemplar a caracterização, triagem, acondicionamento e transporte, bem como, o confinamento dos resíduos segregados após a geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos em que seja possível, as condições de redução, reutilização e reciclagem, transporte seletivo e destinação final.

2.2.1 – Deverão ser utilizadas tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, como: de material reciclado; utilização de madeira certificada; materiais e equipamentos com certificação de produtos sustentáveis e que não contenham substâncias perigosas.

2.2.2 – Visando à consecução dos critérios de gestão ambiental, a execução da obra objeto desta licitação prevê a adoção das seguintes práticas de sustentabilidade, dentre outras aplicáveis:

a) Realização de programa interno de treinamento de empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b) Fornecimento aos empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

3 – DO PREÇO ESTIMADO

3.1 – O preço total estimado do objeto desta licitação é de **R\$ 64.233,30 (sessenta e quatro mil e duzentos e trinta e três reais e trinta centavos)**, conforme Planilha de Quantitativos e Preços Unitários - Anexo II deste edital

4 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – A despesa correrá pelo código de despesa abaixo relacionado, do orçamento vigente do Município de Comendador Levy Gasparian.

SECRETARIA	DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FICHA
OBRAS	20.026.000.15.451.0027.1.247	4.4.90.51.00	483



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000
CNPJ: 39.554.597/0001-51
Tel: (24) 2254-1094

5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderá participar do certame a interessada convidada que atenda as exigências deste ato convocatório e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, podendo ser ou não inscrita no Cadastro de Fornecedores do Município de Comendador Levy Gasparian, bem como as demais cadastradas na correspondente especialidade, que manifestarem interesse nesse sentido, independentemente de convite, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação dos envelopes de Habilitação e Proposta.

5.2 – Não poderão concorrer neste certame as empresas:

5.2.1 – Suspensas temporariamente de participação em licitação e impedidas de contratar com a Administração Municipal, nos termos do inciso III, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, ou do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02;

5.2.2 – Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer esfera da Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93;

5.2.3 – Em consórcio ou grupo de empresas;

5.2.4 – Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III, do art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.3 – A participação no presente certame implicará na aceitação total de todas as condições do presente ato convocatório.

6 – DA HABILITAÇÃO

6.1 – Os documentos de habilitação previstos neste item deverão estar acondicionados em envelope opaco e fechado no qual se identifique, externamente, o nome “**ENVELOPE DE HABILITAÇÃO**”, o nome da Prefeitura, razão social da licitante, a modalidade, o número e a data da licitação.

6.2 – Os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação, poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidos por um dos membros da Comissão Permanente de Licitação do Município, que em qualquer das hipóteses ficarão retidos nos autos. **Os que forem de emissão da própria proponente, deverão ser redigidos em papel timbrado da licitante, datados e assinados por seu representante legal.** A exibição do **documento original** a CPL dispensa a autenticação em cartório.

6.3 – Do Certificado de Registro Cadastral

6.3.1 – O Certificado de Registro Cadastral do Município de Comendador Levy Gasparian, expedido pela Comissão Permanente de Licitação, poderá ser apresentado **opcionalmente** pelas licitantes em substituição aos documentos para habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista, desde que esteja em seu prazo de validade, bem como os documentos ali elencados. Os demais documentos exigidos para a habilitação deverão ser apresentados.



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000

CNPJ: 39.554.597/0001-51

Tel: (24) 2254-1094

6.3.2 – Não serão aceitos para fins de habilitação no presente certame, os Certificados de Registro Cadastral expedidos por outros órgãos públicos que não a Prefeitura do Município de Comendador Levy Gasparian.

6.4 – Da Habilitação Jurídica

6.4.1 – Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária.

6.4.2 – Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples.

6.4.3 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente.

6.4.4 – Cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente a eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações, no caso de sociedades anônimas.

6.4.5 – Documentos que indiquem os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social em vigor, no caso das demais sociedades.

6.4.6 – Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

6.4.7 – Carteira de Identidade (ou outro documento equivalente) e CPF do representante legal que assinará o Termo de Contrato.

6.5 – Microempresas e empresas de pequeno porte

6.5.1 – Para fins deste ato convocatório, as microempresas e as empresas de pequeno porte serão identificadas como **MPE**.

6.5.2 – As MPEs, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º, do art. 3º, da referida Lei (**ANEXO VI**).

6.5.2.1 – A licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos cível, penal e administrativamente.

6.6 – Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

6.6.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF).

6.6.2 – Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa à Seguridade Social (INSS), exigida no artigo 47, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores, ou outra equivalente, na forma da lei, devidamente comprovada documentalmente pela licitante.



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000
CNPJ: 39.554.597/0001-51
Tel: (24) 2254-1094

6.6.3 – Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF).

6.6.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei.

6.6.5 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei.

6.6.5.1 – Para as empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual deverão ser as expedidas pela Procuradoria Geral do Estado.

6.6.6 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovada documentalmente pela licitante.

6.6.7 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), instituída pela Lei Federal nº 12.440/11.

6.7 – Microempresas e empresas de pequeno porte

6.7.1 – A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da MPE somente será exigida no caso de virem a ser a adjudicatária deste certame, nos termos do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.7.2 – A MPE deverá no entanto, apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, da LC nº 123/2006).

6.7.3 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado à MPE o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.7.4 – A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000
CNPJ: 39.554.597/0001-51
Tel: (24) 2254-1094

6.8 – Da Declaração Relativa a Trabalho de Menores

6.8.1 – Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal e do inciso V, artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, nos moldes do **Anexo V**.

6.9 – Da Qualificação Técnica

6.9.1 – Registros

6.9.1.1 – Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (**CREA**) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (**CAU**), com validade para o presente exercício.

6.9.1.1.1 – Caso a licitante seja de outro estado da federação, será necessário o visto do **CREA /RJ** ou do **CAU/RJ**, quando da assinatura do contrato.

6.9.2 – Qualificação Técnico-Profissional

6.9.2.1 – Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da realização desta licitação, profissional de nível superior detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (**CAT**) expedida pelo **CREA** ou **CAU**, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação. As parcelas de maior relevância para comprovação da capacitação profissional são:

- ➔ Revestimento de piso cerâmico antiderrapante;
- ➔ Concreto para resistência de 15 MPa.

6.9.3 – Vínculo Profissional

6.9.3.1 – A comprovação de que o detentor do referido Atestado de Responsabilidade Técnica é vinculado à licitante deverá ser feita através de sua ficha de registro de empregado, da Certidão de Registro do **CREA** ou **CAU**, do contrato particular de prestação de serviços, do contrato de trabalho por prazo determinado, do Contrato Social em que conste o profissional como sócio, de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o profissional qualificado, ou ainda em caso excepcional, de declaração de que a licitante vencedora efetivará a contratação do profissional detentor do atestado de responsabilidade técnica apresentado conforme subitem anterior, até a data da assinatura do contrato (requisito para a sua assinatura), com anuência do profissional e com firma reconhecida.



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000
CNPJ: 39.554.597/0001-51
Tel: (24) 2254-1094

6.9.4 – Visita Técnica

6.9.4.1 – As empresas poderão agendar a vistoria do objeto deste edital com a Secretaria de Obras do Município, localizada na Sede do Município, à Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro, Comendador Levy Gasparian/RJ, através do e-mail obras@levygasparian.rj.gov.br.

6.9.4.2 – A visita técnica é **FACULTATIVA**, no entanto, a não realização da vistoria implicará na presunção de que as especificações e condições do edital foram suficientes para o entendimento das empresas, não sendo aceitas reclamações futuras a este respeito.

6.9.4.3 – É de responsabilidade das empresas o conhecimento das características dos serviços e equipamentos necessários à realização do objeto desta contratação.

6.10 – Qualquer pessoa poderá assistir e acompanhar o ato licitatório, porém só terão direito a manifestação oral ou escrita as pessoas credenciadas pelas empresas participantes. O credenciamento se fará pelo Contrato Social, por procuração ou pela carta de credenciamento nos termos do **Anexo IV** deste ato convocatório. A procuração ou a carta de credenciamento deverá conferir ao credenciado poderes para interpor recurso ou desistir de recorrer, tanto na fase de habilitação, quanto na fase classificatória das propostas, bem como de apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora (Lei Complementar 123/06). A falta de representante credenciado não impede a participação no torneio, mas a concorrente não poderá exercer, no ato da sessão, os direitos que dependam da manifestação daquele representante.

6.10.1 – O credenciado deverá apresentar a Carteira de Identidade (ou outro documento equivalente) e o CPF.

6.10.2 – O contrato social, a procuração ou a carta de credenciamento, bem como a identidade e o CPF, deverão ser entregues a Presidente da CPL **FORA DOS ENVELOPES**.

6.11 – Qualquer pessoa poderá entregar os documentos de habilitação e as propostas comerciais de mais de uma licitante, porém nenhuma pessoa ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante junto a Comissão, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

6.12 – Os documentos valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por **90 (noventa) dias**, contados de sua expedição.

6.13 – A Comissão Permanente de Licitação verificará, se for o caso, a autenticidade dos documentos trazidos pelas licitantes nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

6.14 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com o número do CNPJ;
- b) Em nome da sede (matriz), se a licitante for a sede (matriz);



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000

CNPJ: 39.554.597/0001-51

Tel: (24) 2254-1094

c) Em nome da filial, se a licitante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

7 – DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1 – O envelope de proposta deverá ser opaco, devidamente fechado e com o título “**ENVELOPE DE PROPOSTA**”, além de constar o nome da Prefeitura, razão social da licitante, a modalidade, o número e a data da licitação .

7.2 – Deverão constar no “**ENVELOPE DE PROPOSTA**” os seguintes documentos:

7.2.1 – Anexo I – Proposta Comercial devidamente preenchida, ou seja, todos os dados solicitados no documento **DEVERÃO** ser preenchidos, observando os requisitos do subitem 7.3.

7.2.2 – Anexo II – Planilha detalhada do orçamento e que expresse a composição de todos os custos unitários de acordo com o que dispõe o art. 7º, § 2º, inciso II, c/c o art. 9º, todos da Lei Federal nº 8.666/93, observando os requisitos do subitem 7.3.

7.2.3 – Anexo III – Cronograma Físico-Financeiro que deverá mostrar as fases em que se dividirá a execução da obra e da periodicidade das medições, observando os requisitos do subitem 7.3.

7.3 – Na elaboração dos anexos deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) Redigidos em 01 (uma) via, conforme modelos apresentados, em papel timbrado da empresa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas;

b) Preços cotados conforme solicitado em cada anexo;

c) Consignar os valores em moeda corrente nacional;

d) Os preços deverão ser apresentados com 02 (duas) casas decimais, desprezando-se as frações excedentes;

e) Indicação do prazo de validade da proposta comercial, que será de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega a Presidente da Comissão Permanente de Licitação;

f) Local e data;

g) Suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada com identificação pelo **representante legal**.

7.4 – Todos os dados solicitados na elaboração dos anexos deverão ser preenchidos. A **ausência** de qualquer especificação exigida poderá acarretar a desclassificação automática da proposta.

7.5 – Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000
CNPJ: 39.554.597/0001-51
Tel: (24) 2254-1094

7.6 – As propostas comerciais que atenderem aos requisitos desta licitação serão verificadas pela Comissão quanto a erros aritméticos, que, caso necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

7.6.1 – Se for constatada discrepância entre os valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

7.6.2 – Se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário.

7.6.3 – Se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido.

7.6.4 – Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

7.7 – ANTES DA APRESENTAÇÃO DE SUA PROPOSTA, A LICITANTE DEVERÁ FAZER MINUCIOSA PESQUISA SOBRE O OBJETO DA CONTRATAÇÃO, NÃO A ISENTANDO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A CORRETA AVALIAÇÃO DOS SEUS ORÇAMENTOS E PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO, ARCANDO COM OS EVENTUAIS PREJUÍZOS CONSEQUENTES.

8 – DO JULGAMENTO

8.1 – No dia e no local indicados neste ato convocatório, a Comissão receberá, em envelopes distintos, devidamente fechados e identificados, os documentos exigidos para a **habilitação** e a **proposta comercial**.

8.1.1 – Não serão recebidos envelopes após o término do horário estipulado no preâmbulo deste ato convocatório, ainda que enviados através do correio ou por outro serviço de entrega ou de remessas expressas. A Prefeitura do Município de Comendador Levy Gasparian não se responsabilizará por prejuízos advindos de quaisquer atrasos na entrega dos envelopes.

8.2 – Em seguida, serão observados os seguintes procedimentos:

8.2.1 – Abertura dos envelopes relativos a documentação de habilitação. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as licitantes cuja documentação não satisfizer as exigências deste ato convocatório. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso, suspendendo-se o certame até o seu julgamento;

8.2.2 – Encerrada a fase de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes ao direito de recorrer, a Comissão devolverá, fechados, os envelopes de proposta de preço as licitantes inabilitadas, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela poderão permanecer como assistentes, sem o direito de postular ou de recorrer nas fases subsequentes;

8.2.3 – A Comissão abrirá os envelopes de proposta das licitantes habilitadas, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste ato convocatório;



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000
CNPJ: 39.554.597/0001-51
Tel: (24) 2254-1094

8.2.4 – Depois de abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões;

8.2.5 – As propostas serão classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis. Em caso de empate, far-se-á sorteio na mesma sessão de julgamento, nos termos do artigo 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2.6 – **Será assegurada a MPE, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço ofertado, observado o seguinte procedimento:**

8.2.6.1 – A MPE mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.2.6.2 – Não ocorrendo a contratação da MPE, na forma do subitem 8.2.6.1, serão convocadas as remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 8.2.6, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.2.6.3 – No caso de serem idênticos os valores apresentados pela MPE que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.2.6, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro lugar poderá apresentar melhor oferta;

8.2.6.4 – A não-contratação nos termos previstos no subitem 8.2.6, ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;

8.2.6.5 – O disposto no subitem 8.2.6 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado não tiver sido apresentado por MPE.

8.3 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observados o prazo máximo de execução do objeto, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste ato convocatório e anexos.

8.3.1 – Será desclassificada a proposta com preço global e unitário superior ao fixado na **Planilha de Quantitativos e Preços Unitários – Anexo II** deste ato convocatório ou considerada manifestamente inexecutável, nos termos do disposto no artigo 48, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.3.2 – Em ocorrendo suspeição quanto a exequibilidade das propostas comerciais, será fixado pela Comissão, prazo não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, para que as licitantes comprovem a viabilidade de seus preços comparativamente aos praticados no mercado.

8.4 – Serão desclassificadas as propostas que alterem, descaracterizem ou desatendam as especificações do objeto, independentemente do preço que ofertem.

8.5 – Não serão consideradas, admitidas ou aceitas propostas que ofereçam preços baseados nas ofertas das demais licitantes, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

8.6 – Da decisão do julgamento das propostas caberá recurso, suspendendo-se o certame até o seu julgamento.



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000
CNPJ: 39.554.597/0001-51
Tel: (24) 2254-1094

8.7 – Encerrada a fase de julgamento das propostas pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes ao direito de recorrer, a Comissão declarará a vencedora do certame.

8.8 – Caso todas as licitantes sejam inabilitadas ou todas as propostas desclassificadas, o Município poderá fixar às proponentes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para 03 (três) dias úteis, conforme disposto no art. 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.9 – O julgamento do certame será realizado em tantas sessões públicas quantas forem necessárias para o completo exame dos documentos e propostas, sempre com a lavratura da respectiva ata circunstanciada, assinada pelas licitantes presentes e pelos membros da Comissão.

9 – DO CONTRATO

9.1 – Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para dentro de **05 (cinco) dias úteis**, assinar o contrato, pelo qual se obrigará ao fiel cumprimento de sua proposta, das demais disposições desta licitação e da legislação vigente.

9.1.1 – O prazo estabelecido para convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, se aceitas pelo Município as justificativas apresentadas.

9.2 – A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, e facultando ao Município convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.3 – A fiscalização, com fundamento no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, cabe ao Município, que a seu critério e por meio dos servidores Maria Odete Alves Souza – Matr. 10930 – Arquiteta e Marcelo Wagner de Moura Vasques – Matr. 10203 – Topógrafo, designados através de portaria, deverão exercê-la de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações, inclusive quanto ao desempenho da empresa vencedora, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.4 – O Município poderá obrigar a empresa vencedora a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

9.5 – O Município poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no seu art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

9.6 – O prazo do contrato é de **60 (sessenta) dias**, contados da data indicada na **Ordem de Início de Serviço**, a ser emitida pela **Secretaria Municipal de Obras**, após a assinatura do contrato e a emissão do respectivo empenho.



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000

CNPJ: 39.554.597/0001-51

Tel: (24) 2254-1094

9.6.1 – O prazo poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra alguns dos motivos elencados no § 1º, do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

9.7 – O Município poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato, nos limites previstos no artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.8 – A empresa vencedora manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

9.9 – O contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, parcial ou total, sem a concordância prévia do Município.

9.10 – A empresa vencedora deverá cumprir e fazer cumprir na execução dos serviços as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida, em especial as do Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004, e as da NBR nº 9.050.

9.11 – O foro do contrato será o da Comarca de Três Rios.

10 – DA EXECUÇÃO

10.1 – O objeto da licitação será executado de acordo com as especificações estabelecidas no presente edital e seus anexos e no termo de contrato.

10.2 – O início da execução da obra deverá ocorrer após a expedição da ordem de início de serviço pela Secretaria Municipal de Obras, e a fiscalização adotará junto a empresa vencedora, oportunamente, todas as providências necessárias.

11 – DO RECEBIMENTO

11.1 – A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos dos arts. 67 a 73, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2 – A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76, da Lei Federal nº 8.666/93).

12 – DAS PENALIDADES

12.1 – A Contratada, total ou parcialmente inadimplente, observados os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal 8.666/93, a saber:

a) Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) Multa:

b.1) Administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço;



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000

CNPJ: 39.554.597/0001-51

Tel: (24) 2254-1094

b.2) Moratória, ocorrendo atraso na execução, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independente de notificação ou interpelação;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.2 – A penalidade de multa poderá ser cumulada com qualquer das demais.

12.3 – A penalidade de multa não tem natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados ao Contratante.

12.4 – O valor de multa aplicada será descontado de eventuais créditos que tenha a Contratada em face do Contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

13 – DO PAGAMENTO

13.1 – Os pagamentos devidos a Contratada serão efetuados em até **30 (trinta) dias**, contados da data da sua autuação no Protocolo do Município, mediante apresentação da fatura/nota fiscal emitida pela Contratada, a qual deve corresponder ao que a Contratada naquele período realizou na obra, conforme cronograma físico-financeiro. A fatura/nota fiscal acompanhada da Certidão Negativa de Débitos do INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos do Município e do Termo de Contrato assinado e publicado, deverá ser atestada pelos fiscais designados. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

13.2 – O pagamento será efetuado pelo Contratante sobre as unidades efetivamente executadas e atestadas através de medições, com base nos preços unitários da Planilha que vier a ser pactuada com a Contratada.

13.3 – As medições deverão estar acompanhadas das respectivas memórias de cálculo indicando os locais da realização dos serviços e as dimensões de cada parte ou trecho dos diversos itens, e dos registros fotográficos correspondentes.

13.4 – Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Contratante, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

13.5 – O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa da Controladoria Geral, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da Contratada dirigido a Secretaria de Fazenda.



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000

CNPJ: 39.554.597/0001-51

Tel: (24) 2254-1094

13.6 – Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir da data da sua reapresentação.

13.7 – As notas fiscais deverão ser emitidas da seguinte forma:

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN

ENDEREÇO: Av. Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro, Comendador Levy Gasparian/RJ - CEP: 25.870-000

CNPJ: 39.554.597/0001-51

TEL: (24) 2254-1094

14 – DO REAJUSTAMENTO

14.1 – Os preços a serem pactuados por decorrência desta licitação serão fixos e irrevogáveis.

14.2 – É vedada a utilização pelas partes de qualquer espécie de atualização monetária.

15 – DAS INFORMAÇÕES

15.1 – O Setor de Licitações prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento, das 08h às 16h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, no endereço mencionado no subitem 1.1 deste ato convocatório, ou pelo telefone (24) 2254-1094.

15.2 – Esclarecimentos de natureza técnica deverão ser solicitados à Secretaria Municipal de Obras, das 08h às 14h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, no endereço mencionado no subitem 1.1 deste ato convocatório, ou pelo telefone (24) 2254-1094.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento, respeitadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93.

16.1.1 – Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município no endereço <http://rj.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/comendadorlevygasparian> e no site do Município no endereço eletrônico <http://levygasparian.rj.gov.br>.

16.2 – As impugnações interpostas serão dirigidas à Procuradoria Jurídica, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, e entregues no Setor de Protocolo do Município, situado na Sede do Município, no endereço mencionado no preâmbulo deste ato convocatório, das 08h às 13:30h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada no edital para recebimento das propostas.



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000

CNPJ: 39.554.597/0001-51

Tel: (24) 2254-1094

16.2.1 – A Comissão Permanente de Licitação antes da realização da sessão, encaminhará cópia da resposta das impugnações interpostas para todos os interessados através de e-mail.

16.2.2 – Decairá do direito de impugnar os termos do edital perante a Administração, a licitante que os tendo aceitado sem objeção, venha a apontar depois da abertura dos envelopes, falhas ou irregularidades que o viciou, hipótese em que a comunicação não terá efeito de recurso.

16.3 – Os recursos administrativos serão dirigidos a Procuradoria Geral do Município, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, protocolados na Sede do Município, no endereço mencionado no preâmbulo deste ato convocatório, sendo processados e julgados na conformidade do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

16.3.1 – Os recursos deverão estar devidamente fundamentados e assinados por representante legal da licitante, sendo inadmissível em qualquer hipótese, a interposição de recursos via e-mail.

16.4 – Decorrido o prazo legal sem interposição de recursos contra a decisão da Comissão de Licitação, ou decididos os recursos interpostos, o Prefeito do Município de Comendador Levy Gasparian, adjudicará o objeto a licitante vencedora e homologará o certame licitatório.

16.5 – É facultada a Comissão e a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste ato convocatório e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

16.6 – Poderá a Prefeitura do Município de Comendador Levy Gasparian deixar de contratar com a proponente melhor classificada, se tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que comprometa a idoneidade financeira ou a capacidade técnica ou administrativa da adjudicatária, sem que a esta caiba o direito de indenização ou reembolso, seja a que título for.

16.7 – A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

16.8 – Os dispositivos que se referem a microempresa, aplicam-se extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do § 2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

16.9 – Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei Federal nº 8.666/93, dos princípios de direito público, e, subsidiariamente, outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

16.10 – A Comissão Permanente de Licitação no interesse da Administração, poderá sanar e/ou relevar omissões ou erros puramente formais, observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.



Prefeitura de Comendador Levy Gasparian

Avenida Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro,
Comendador Levy Gasparian/RJ – CEP: 25.870-000

CNPJ: 39.554.597/0001-51

Tel: (24) 2254-1094

16.11 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

16.12 – As comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município no endereço eletrônico **<http://rj.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/comendadorlevygasparian>** e/ou no site do Município no endereço eletrônico **<http://levygasparian.rj.gov.br>**.

Comendador Levy Gasparian, 16 de outubro de 2020.

Eliane Cerqueira
Comissão Permanente de Licitação
Presidente